

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

69 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 08 a 12/02/2021):

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Debate sobre o salário mínimo europeu	2
Debate sobre o equilíbrio entre escrutínio democrático e direitos fundamentais nas redes sociais	2
Outros debates e resoluções	2
2. RATIFICAÇÃO DA DECISÃO SOBRE OS RECURSOS PRÓPRIOS	3
3. RELAÇÕES DA UE COM A RÚSSIA ALTO-REPRESENTANTE	4
4. VACINAS CONTRA A COVID-19 ESTRATÉGIA DA UE	5
Debate no PE	5
Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças: provedora de justiça da UE	5
5. COMISSÃO EUROPEIA PREVISÕES ECONÓMICAS DE INVERNO	6
6. COMISSÃO EUROPEIA: VIZINHANÇA SUL - MEDITERRÂNEO	6
7. POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM - BÚSSOLA ESTRATÉGICA	6
8. AUDIÇÃO PARLAMENTAR DA VICE-PRESIDENTE DUBRAVKA ŠUICA	7
9. RELAÇÕES ENTRE A UE E O REINO UNIDO	8
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Esta semana teve lugar a sessão plenária do PE, destacando-se os seguintes debates²:

Debate e aprovação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

O PE aprovou, no dia 10 de fevereiro, o regulamento que define os objetivos, o financiamento e as regras de acesso ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), por 582 votos a favor, 40 votos contra e 69 abstenções.

Principal alicerce do pacote de recuperação *Next Generation EU*, com o MRR serão disponibilizados **672,5 mil milhões de euros em subvenções e empréstimos** para financiar medidas nacionais destinadas a atenuar as consequências económicas e sociais da pandemia (transição ecológica, a transformação digital, a preparação para crises, e a infância e a juventude). Os planos nacionais de recuperação e resiliência devem incidir sobre os principais domínios de intervenção da UE, bem como ter um impacto duradouro em termos sociais e económicos. O respeito pelo Estado de direito e os valores fundamentais da União é um também pré-requisito para receber financiamento.

Ana Paula Zacarias, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus de Portugal, representando a presidência Portuguesa do Conselho, referiu que *“É importante que, para além das transições digital e climática, o Pilar Europeu dos Direitos Social esteja no centro do MRR. É importante também (...) que o MRR esteja alinhado com o quadro financeiro plurianual e o Next Generation EU no que se refere ao respeito pelo Estado de direito e à defesa dos interesses financeiros da União.”*

Os deputados apelaram ainda à Comissão e Estados-Membros para que aumentem os esforços para evitar possíveis efeitos negativos duradouros da pandemia na juventude e no setor do desporto, utilizando programas europeus como o Erasmus+, o Corpo Europeu de Solidariedade, a Garantia para a Juventude e a Estratégia Digital.

Segundo relatos da Agence Europe, e citando uma fonte da Comissão Europeia, **dezoito Estados-Membros da UE já apresentaram um projecto** de plano de recuperação europeu à Comissão Europeia nesta fase, seis outros enviaram elementos à Comissão e três ainda não contactaram a instituição. Com base nos projectos consultados, constata-se um alinhamento genérico dos planos nacionais com os dois limiares de 37 e 20% da dotação orçamental consagrados às transições ecológicas e digitais, ainda que se identifique a necessidade de dar maior prioridade *“aos investimentos que reflectam o objectivo climático”*. Alguns dos planos enviados à Comissão não incluem *“investimentos verdes”* suficientes (eficiência energética ou *energia “mais limpa”*), concentrando demasiado os projetos ainda em *“infra-estruturas tradicionais”*.

Os Estados têm até ao **final de Abril** para apresentar os seus planos nacionais definitivos. A Comissão terá um máximo de **dois meses** para avaliar um plano antes de o submeter ao Conselho da UE, que disporá de um mês para o aprovar. Em audição recente na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do PE, o Ministro de Estado e das Finanças, João Leão, em representação da Presidência Portuguesa do Conselho, manifestou o seu desejo de que o Conselho adopte os planos como um pacote, presumivelmente em Maio ou Junho. Em resposta a uma pergunta de Dragoș Pîslaru (Renew Europe, Roménia), considerou que isto permitirá à maioria das economias dos Estados-Membros começar a sentir os efeitos do Plano de Recuperação Europeu *“novamente este ano”*.

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE

² Autonomizámos alguns dos debates em pontos separados, de forma mais desenvolvida.

Debate sobre o [salário mínimo europeu](#)

No debate sobre o [salário mínimo europeu](#), os deputados instaram a Comissão e os Estados-Membros a incluir a **prevenção da pobreza no trabalho entre os seus objetivos gerais para acabar com a pobreza na UE**, considerando a proposta da Comissão para uma [diretiva europeia sobre salários mínimos adequados](#) como um passo importante, procurando a diretiva que os salários mínimos nacionais sejam fixados acima do limiar de pobreza. Os deputados defenderam ainda a aplicação do [quadro legislativo das condições mínimas de trabalho](#) a trabalhadores atípicos na economia digital, que frequentemente exercem as suas funções sob condições precárias, bem como a necessidade de transpor e implementar a [Diretiva relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar](#).

Debate sobre o equilíbrio entre escrutínio democrático e direitos fundamentais nas redes sociais

Do [debate](#), que contou com a Secretária de Estado para os Assuntos Europeus, Ana Paula Zacarias, e com a vice-presidente da Comissão Europeia Věra Jourová, destaca-se o **apelo ao controlo democrático dos gigantes tecnológicos para garantir a liberdade de expressão**. Foi sublinhada pelos Deputados a ausência de regras claras que analisem as decisões tomadas pelas plataformas para censurar conteúdo e utilizadores, bem como a falta de transparência, assuntos que deverão ser abordados nos [Atos Legislativos sobre os Serviços e Mercados Digitais](#) e no [Plano de Ação para a Democracia](#). Foi ainda debatida a necessidade de defender a democracia e os valores europeus através do combate à desinformação, o uso de tecnologias para estimular, e não limitar, o discurso político, transparência de algoritmos e uso de dados pessoais, monopólios tecnológicos e o seu impacto, falsa dicotomia entre as esferas *online* e *offline* e a necessidade de regras que cubram todos os aspetos da vida, bem como os riscos sistémicos e os perigos sociais e económicos que as grandes plataformas podem exacerbar ou causar.

No âmbito desta sessão plenária, a internet, as **redes sociais e as novas tecnologias foram ainda referidas como meio para atrair e enganar potenciais vítimas de tráfico**, tendo os deputados apelado à Comissão e aos Estados-Membros para que abordem a [utilização de tecnologias online tanto na proliferação como na prevenção do tráfico](#).

Outros debates e resoluções

- o PE adotou um relatório de avaliação da [Diretiva Antitráfico da UE](#) de 2011, apelando a medidas mais robustas contra todas as formas de tráfico (proteção de mulheres, crianças e migrantes). Instou a Comissão a alterar a Diretiva, para garantir que os Estados-Membros criminalizem explicitamente o “**uso consciente**” de serviços prestados por vítimas de tráfico.
- o PE adotou **recomendações políticas abrangentes para alcançar uma economia neutra em carbono**, e totalmente circular até 2050. O PE instou a Comissão a apresentar nova legislação em 2021, alargando o âmbito da [Diretiva relativa à conceção ecológica](#);
- **Igualdade de género**: o PE adotou uma resolução salientando que, mais de 25 anos após a [Declaração e Plataforma de Ação de Pequim](#), nenhum Estado-Membro cumpriu totalmente as metas aí definidas, segundo a [revisão](#) publicada pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género. Os deputados expressaram também a sua profunda preocupação com a atual pandemia, que [agrava as desigualdades de género existentes](#).

2. RATIFICAÇÃO DA DECISÃO SOBRE OS RECURSOS PRÓPRIOS

Segundo informação coligida junto dos representantes dos Paramentos nacionais em Bruxelas e do cruzamento com outras fontes, o ponto de situação é o seguinte:

Estado-Membro	Data prevista para a ratificação
Alemanha	9 de abril 2021
Áustria	meados de abril 2021
Bélgica	final de março 2021
Bulgária	Finalizado a 05/02/2021
Croácia	Finalizado a 12/01/2021
Chipre	Finalizado a 14/01/2021
Chéquia	março 2021
Dinamarca	março 2021
Eslováquia	Início de março 2021
Eslovénia	Finalizado a 08/02/2021
Espanha	Final de março 2021
Estónia	31 de março 2021
Finlândia	fevereiro 2021
França	Adotado pelo Parlamento. Notificação oficial até meio/final de fevereiro
Grécia	1.º trimestre de 2021
Hungria	O ato de promulgação está sob consulta interministerial
Irlanda	Final de fevereiro/início de março 2021
Itália	31.12.2020 - aprovado o decreto-lei 183 , em confirmação pelo Parlamento num período de 60 dias
Letónia	fevereiro 2021
Lituânia	abril 2021
Luxemburgo	A aprovação parlamentar deverá ocorrer em março de 2021
Malta	março 2021
Países Baixos	Votação parlamentar a 25 de fevereiro na Câmara baixa..
Polónia	abril de 2021
Portugal	Finalizado a 03/02/2021

Roménia	final de março/início de abril de 2021
Eslováquia	Início de março 2021
Eslovénia	Finalizado a 08/02/2021
Espanha	Final de março 2021
Suécia	Final de março 2021

3. RELAÇÕES DA UE COM A RÚSSIA | ALTO-REPRESENTANTE

Um dos principais temas na semana que passou foi a **visita do Alto-Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, à Rússia no dia 5 de fevereiro**. Segundo uma [publicação do próprio Alto Representante](#) no seu blog institucional, a [visita a Moscovo](#) serviu para “*testar, através da diplomacia de princípios, se o governo russo estava interessado em abordar as diferenças e inverter a tendência negativa nas nossas relações. A reacção que recebi apontava visivelmente para uma direcção diferente. Assim, enquanto UE, teremos de reflectir sobre as implicações mais vastas e traçar um caminho a seguir. Encontramo-nos numa encruzilhada. Os principais parâmetros da paisagem geopolítica do século XXI estão a ser desenhados.*”

Porém, naquilo que alguma imprensa de referência classificou uma “**coreografia provocatória**” por parte da Rússia, a visita de Borrell coincidiu com [o dia escolhido pela Rússia para expulsar diplomatas de três Estados-Membros da UE \(Alemanha, Suécia e Polónia\)](#) por, alegadamente, terem participado nas manifestações recentes em Moscovo, tendo o [Serviço Europeu de Ação Externa comunicado](#) que o Alto-Representante havia sido [informado dessas expulsões](#) durante a reunião com o Ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Sergei Lavrov, e pelo Twitter.

Um dos motivos da visita, segundo o Alto-Representante, era a [exigência da UE relativa à libertação de Alexey Navalny](#), sendo que, enquanto decorria a visita, foram [divulgadas imagens de uma sessão do julgamento de Navalny](#) em tribunal. Além disso, a [conferência de imprensa conjunta](#) entre Josep Borrell e Sergei Lavrov no final da visita acentuou a [controvérsia](#), tendo o MNE russo **classificado a UE de parceiro não confiável**³ e tendo o Alto-Representante [manifestado surpresa](#) pelas questões relacionadas com Cuba colocadas nessa ocasião.

Perante esta polémica, um [grupo de 70 Deputados ao PE](#) escreveu uma [carta à Presidente da Comissão Europeia a pedir a demissão de Josep Borrell](#).

A sessão plenária do PE debateu [a visita do Alto-Representante a Moscovo](#) na passada terça-feira (debate integral [aqui](#)) e, após uma [intervenção inicial de Josep Borrell](#), vários parlamentares reforçaram que a visita não aconteceu na melhor altura, por causa da já arrastada deterioração das relações entre a UE e a Rússia. Os Deputados criticaram ainda a demora dos Estados-Membros no Conselho em tentar por em prática novas e mais fortes ações contra a Rússia, incluindo sanções. O Deputado [Paulo Rangel](#) (PPE, Portugal) interveio nesta fase.

³ Extracto da conferência de imprensa disponibilizada pelo MNE russo e apenas com as respostas de S. Lavrov.

4. VACINAS CONTRA A COVID-19 | ESTRATÉGIA DA UE⁴

Debate no PE

Na sessão plenária desta semana, o PE [reiterou que a UE deve manter os esforços conjuntos para combater a pandemia](#) e tomar medidas urgentes para aumentar a produção de vacinas.

Ursula Von der Leyen [defendeu](#) a escolha da UE de unir forças na hora de encomendar vacinas, a necessidade de solidariedade global e a decisão de não tomar nenhum atalho em matéria de segurança e eficácia das vacinas. Apesar disso, a presidente da Comissão admitiu que devem ser retiradas lições dos erros do passado, já que *“ainda não estamos onde queremos estar na luta contra o vírus”*. Por seu lado, a Presidência Portuguesa do Conselho, representada pela Secretária de Estado para os Assuntos Europeus, [Ana Paula Zacarias](#) referiu que *“As recentes informações sobre atrasos na entrega de vacinas por parte de alguns fabricantes é uma preocupação à qual devemos reagir em tempo real”*, afirmando que *“Os países precisam de saber quantas vacinas estão disponíveis e quando para poderem planear as suas campanhas de vacinação”*.

Intervieram no debate [Manfred Weber](#) (PPE, Alemanha), [Iratxe García Pérez](#) (S&D, Espanha), [Dacian Ciolos](#) (Renew, Roménia), [Marco Zanni](#) (ID, Itália), [Ska Keller](#) (Verdes/ALE, Alemanha), [Beata Szydło](#) (ECR, Polónia) e [Manon Aubry](#) (The Left, França), além dos Deputados portugueses [Marisa Matias](#) (The Left), [Sara Cerdas](#) (S&D) e [Paulo Rangel](#) (PPE).

Os Deputados sublinharam que as soluções para sair da crise exigem um espírito de solidariedade, entre os Estados-Membros e a nível global, sendo que a UE tem a responsabilidade de garantir que as vacinas são distribuídas de forma justa em todo o globo, pois *“ninguém está seguro até que todos estejam seguros”*. Além disso, reconheceu-se que a UE subestimou os desafios da produção em massa de vacinas, tendo o PE exortado a Comissão a fazer cumprir os contratos existentes.

Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças: provedora de justiça da UE

A provedoria de justiça da UE realizou um [inquérito](#) sobre a atuação do [Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças](#) durante a pandemia de Covid-19, disponível [aqui](#).

Realizado durante seis meses, [analisou as potencialidades e fraquezas](#) da Agência, à atenção dos legisladores da UE, com especial ênfase nas limitações do seu atual mandato, na impossibilidade existente de recolher autonomamente os dados e de ter de depender dos elementos fornecidos pelos Estados-Membros.



⁴ Fonte: serviço de imprensa do PE.

5. COMISSÃO EUROPEIA | PREVISÕES ECONÓMICAS DE INVERNO

As [Previsões económicas do inverno de 2021](#) apontam para um crescimento da economia na área do euro de **3,8 % tanto em 2021 como em 2022**. No que respeita à economia da UE, as previsões apontam para um crescimento de 3,7 %, em 2021, e de 3,9 %, em 2022.

Ainda com base nestas [previsões](#), a inflação deverá continuar moderada, apontando-se para um aumento na área do euro de 0,3 %, em 2020, para 1,4 %, em 2021 (aumento temporário) e 1,3 % em 2022, com o ajustamento da oferta e a atenuação gradual dos efeitos de base a contribuírem para esta descida. O [impacto económico da pandemia](#) continua a ser desigual entre os Estados-Membros, sendo que a presente previsão apresenta riscos relacionados com a evolução da pandemia, com o relativo sucesso das campanhas de vacinação e com o instrumento de recuperação da UE, ainda não incorporado nesta previsão.

6. COMISSÃO EUROPEIA: VIZINHANÇA SUL - MEDITERRÂNEO

A Comissão Europeia e o [Alto-Representante](#) adotaram esta semana uma [comunicação conjunta que propõe uma nova Agenda para o Mediterrâneo](#), reforçando a [parceria estratégica entre a União Europeia e os seus parceiros da vizinhança meridional](#), respondendo ao apelo do Conselho Europeu de dezembro de 2020. Recorde-se que, em 1995, a Declaração de Barcelona lançou a Parceria Euro-Mediterrânica com o objetivo de criar um espaço de paz, de prosperidade partilhada e de intercâmbios humanos e culturais. A última [revisão da Política Europeia de Vizinhança](#) teve lugar em 2015.

A região do Mediterrâneo encontra-se confrontada com uma série de desafios em matéria de governação, de clima socioeconómico, de ambiente e de segurança, agravados pela pandemia de COVID-19. A nova Agenda visa aprofundar e desenvolver a colaboração e o espírito de parceria entre a UE e dos seus vizinhos meridionais [Argélia](#), [Egito](#), [Israel](#), [Jordânia](#), [Líbano](#), [Líbia](#), [Marrocos](#), [Palestina](#)⁵, [Síria](#) e [Tunísia](#). A Agenda inclui um [plano económico e de investimento específico que visa dinamizar a recuperação socioeconómica a longo prazo](#) nestes países, ao abrigo do novo Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional (IVCDI) da UE.

São cinco os principais domínios de intervenção:

- **Desenvolvimento humano, boa governação e Estado de direito;**
- **Resiliência, prosperidade e transição digital;**
- **Paz e segurança;**
- **Migração e mobilidade;**
- **Transição ecológica**

7. POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM - BÚSSOLA ESTRATÉGICA

O Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) circulou esta semana pelos Estados-Membros um *scoping paper* sobre a chamada [Bússola Estratégica da UE](#), comprometendo-se a apresentar um primeiro projeto deste documento estratégico até novembro. Segundo o SEAE, a primeira parte da "bússola" deve **reflectir as ameaças e desafios que a UE enfrenta**. A segunda parte,

⁵ Esta designação não deve ser interpretada como um reconhecimento do Estado da Palestina e não prejudica as posições de cada Estado-Membro quanto a esta questão.

por seu lado, deve descrever o que a UE precisa de fazer, à luz das ameaças e desafios: i) gestão de crises; ii) resiliência, "*reforçando a capacidade de agir autonomamente quando e onde necessário*".

Este *paper* advoga que a UE deve tornar-se um fornecedor mais capaz e eficaz de resposta a crises e de segurança (incluindo através de missões e operações PCSD) e aumentar a capacidade de resposta e prontidão operacional. Além disso, e para reforçar a resiliência da UE, o SEAE diz que a UE precisa de trabalhar para um **acesso seguro aos bens comuns globais**, tornando-se um **actor mais forte na segurança marítima** e reforçando a segurança e defesa cibernética e o papel da defesa no espaço. Para alcançar estes objectivos, a "bússola estratégica" deve **descrever as capacidades de que a UE necessita** (vertente três) e **como pode reforçar o seu apoio e cooperação com os seus parceiros** (vertente quatro).

O SEAE recomenda que a "bússola" seja limitada no tempo, com objectivos claros sobre o que a UE e os seus Estados-Membros devem fazer nos **próximos 5-10 anos** no domínio da segurança e defesa: "*A bússola deve estabelecer orientações políticas, metas e objectivos específicos, como solicitado nas conclusões do Conselho de Junho de 2020*".

Este é um dos temas principais da [Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa](#) que, no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência, terá lugar nos dias 3 e 4 de março.

8. AUDIÇÃO PARLAMENTAR DA VICE-PRESIDENTE DUBRAVKA ŠUICA⁶

Teve lugar, no dia 11 de fevereiro de 2021 na Assembleia da República, a [audição da Vice-Presidente da Comissão Europeia Dubravka Šuica](#), em formato de videoconferência, que versou sobre o pelouro da Democracia e Demografia. A Comissária mencionou a realização de uma [Cimeira sobre Saúde Global](#) onde se debaterá, entre outros, a vacinação nos EM, a adoção do [Livro Verde sobre o envelhecimento](#) (decorre ainda a respetiva [consulta pública](#), que poderá ser apresentada ainda durante a Presidência portuguesa), bem como a previsível adoção, no segundo trimestre do ano, da medida "*Long-term vision for rural areas*", da [Nova Estratégia sobre os Direitos das Crianças](#) e da "*Garantia para a Infância*".

Quanto à [Conferência sobre o Futuro da Europa](#), destacou a importância de realizar debates sobre os temas previstos nas [prioridades da Comissão](#) ou na [agenda estratégica do Conselho](#), bem como quaisquer outros pertinentes para os cidadãos, assegurando a participação em formato físico, virtual ou híbrido, bem como a possibilidade de consulta das deliberações da Conferência.

O período de debate incidiu sobre a participação dos Parlamentos nacionais, a conclusão das negociações, objetivos da conferência, vacinação, políticas sectoriais, impacto da pandemia, envolvimento das novas gerações e novo mandato do Conselho. Em [sínteses anteriores](#), demos nota das negociações para a definição do âmbito, da estrutura e dos objetivos da [Conferência sobre o Futuro da Europa](#) e dos esforços da Presidência portuguesa do Conselho da UE para ultrapassar as divergências existentes, nomeadamente sobre a [liderança](#) e a governação.

Nesse mesmo dia, a Conferência de Presidentes do PE debateu esta [matéria](#) à luz do [novo mandato do Conselho](#) e, de acordo com os relatos de que dispomos, o Presidente do PE deu nota de que a Presidência portuguesa sinalizou a urgência de finalizar a declaração conjunta até final de fevereiro. Sobre a Presidência tripartida e o Conselho Executivo, onde cada instituição estará representada por até três elementos, os grupos políticos do PE manifestaram a sua expectativa de

⁶ Ponto elaborado com apoio de Liliane Sanches, assessora da Comissão de Assuntos Europeus. .

que todos possam estar representados, tendo alguns colocado a possibilidade de serem observadores. Sobre a duração da Conferência, os grupos políticos consideram que, dado o atraso no início dos trabalhos, não deverá ser limitada até 2022, podendo haver uma avaliação intercalar durante a Presidência francesa do Conselho da UE.

Damos ainda nota dos [resultados do inquérito do Parlamento Europeu](#), no qual se demonstra que os europeus acreditam que a UE é a instância certa para enfrentar a pandemia mas a reforma é necessária. A este respeito, o Presidente do PE David Sassoli referiu que *"a mensagem deste inquérito é clara: os cidadãos europeus apoiam a União Europeia e veem a UE como o lugar certo para encontrar soluções face à crise. Mas, claramente, os europeus querem uma reforma - e é por isso que precisamos de lançar a Conferência sobre o Futuro da Europa o mais rapidamente possível"*.

9. RELAÇÕES ENTRE A UE E O REINO UNIDO

A Comissão Europeia solicitou formalmente ao Reino Unido o **prolongamento do período de aplicação provisória do [Acordo de Comércio e Cooperação](#) até 30 de abril de 2021** (a atual vigência é até 28 de fevereiro). O PE, que apresentou o seu [projeto de parecer](#) no dia 5 de fevereiro, também já havia solicitado mais tempo para realizar o escrutínio que estima necessário para a ratificação.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, não haverá atividades do PE em Bruxelas (*semana verde*).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [17 de fevereiro](#) de 2021, com destaque para a comunicação conjunta sobre o multilateralismo, sobre a reforma da política comercial incluindo a reforma da OMC, e o plano de ação sobre as sinergias das indústrias civis, de defesa e do espaço.

Conselho da União Europeia

A Presidência portuguesa disponibiliza o [calendário de eventos](#), destacando-se:

- 15.02: [Eurogrupo](#)
- 16.02: [Videoconferência informal dos ministros da Economia e das Finanças](#)
- 19.02: [Videoconferência informal dos ministros da Educação](#)

Bruxelas | 12 de fevereiro de 2021

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

(com Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC, e apoio da Equipa da Comissão de Assuntos Europeus)

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).